



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano 02, 03 e 04/04/2016

A5 GERAL

Delegada revela existência de contratos fictícios na CMA

Segundo Daniele Garcia, inquirido da 'Indenizar-SE' deve ser concluído em 15 dias

A delegada de Polícia Daniele Garcia, coordenadora do Departamento de Combate a Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap), informou nessa sexta-feira, 01, que em cerca de 15 dias concluirá as investigações da Operação Indenizar-SE, que investiga 15 vereadores e três empresários num suposto esquema de desvio e lavagem de dinheiro que chega a R\$ 7 milhões.

Tanto os vereadores investigados como os empresários envolvidos já foram intimados a comparecer ao Deotap a partir desta semana. "A partir de agora, corre o curso normal da investigação, que é a análise de documentos, oitiva de pessoal, para que em duas semanas a gente esteja concluído o inquérito", disse a delegada Daniele Garcia.

Segundo ela, apesar de ter um prazo de 30 dias para concluir o inquérito, ela quer finalizar o mais brevemente possível. "A gente está querendo correr porque tem muita coisa para a gente investigar. Vamos passar a régua nessa investigação e passar para a próxima, já que nós temos as provas bem definidas nos autos", disse.

A instauração do inquérito policial pela Deotap foi requerida pelo MPE e busca apurar desvios de verbas por contratação de locação de veículos e assessoria jurídica por meio de contratos fraudulentos para justificar o pagamento da verba indenizatória.

Ainda segundo a delegada, os trabalhos realizados na última quinta-feira (31) foram bastante produtivos para a coleta de material. "Nós coletamos muitos documentos. Temos por aí muitos dias de análise, muitos dias de oitivas para confrontar a versão dos investigados com a documentação existente e a que a gente já tinha com a nova documentação. Acredito que essas buscas foram muito proveitosas porque a gente completou uma documentação que era inconsistente ainda", declarou. A delegada destacou ainda que outras fases devem vir e todos os envolvidos poderão apresentar suas defesas. "Vamos dar a oportunidade aos vereadores para que eles apresentem a versão deles. A gente já tem a versão dos donos dos veículos que nunca foram locados para ninguém. A gente pode afirmar que esses contratos realmente são fictícios", destacou Daniele Garcia.

• Fraude

Segundo a delegada Daniele



■ Daniele Garcia: "A partir de agora corre o curso normal da investigação"

Garcia, essa é apenas a primeira fase dessa operação, que é coletar documentos para juntar com o que a polícia já tem e verificar quais medidas ainda serão necessárias. Ainda segundo ela, o que a gente já sabe é que foram realizados contratos fictícios de locação de veículos para justificar o pagamento de verba indenizatória.

"Essa é uma fraude primária. Eles pegaram placas de veículos e colocaram nos contratos. Nós já chamamos os proprietários dos veículos e eles afirmaram que jamais locaram esses veículos, de modo que esses carros nunca saíram da posse dos reais proprietários e nunca estiveram à disposição de nenhum dos vereadores. E foi a locação desses veículos que justificou o pagamento dessas verbas indenizatórias de 2013 até 2015 dos 15 vereadores investigados. Foram pagos R\$ 7 milhões em verbas indenizatórias", declarou Daniele Garcia.

• Investigados

A operação Indenizar-SE investiga os vereadores Adriano Oliveira Pereira, Agamenon Sobral Freitas, Aginaldo Celestino Feitosa Filho, Anderson Santos da Silva, Jailton Santana, José Augusto da Silva, Valdir Santos, José Ivaldo Vasconcelos de Andrade, Carlos Max Prejuízo, Daniela dos Santos Fortes, José Gonzaga de Santana, Emmanuel da Silva Nascimento, Roberto Moraes Oliveira Filho, Renilson Cruz Silva e Tjói Barreto Evangelista. Também são investigados os empresários Alcivan Menezes Silveira (ex-vereador), Alcivan Menezes Silveira Filho e

Pedro Ivo dos Santos Carvalho.

De acordo com a delegada Daniele Garcia, os 15 envolvidos são suspeitos de cometer crimes graves. "Peculato, lavagem de dinheiro, organização criminosa. São crimes em continuidade delitiva porque houve em um mês, no outro, e assim por diante", afirmou. Sobre a punição que pode ser aplicada a eles, a delegada preferiu não comentar. "Eu prefiro me reservar apenas a dizer quais foram os crimes e deixar que a justiça condene ao final, se ela achar que deve", pontuou a coordenadora do Departamento de Combate a Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap).

A delegada do Departamento de Combate a Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública explicou como funcionava o suposto desvio de verbas. "Cada vereador tinha em princípio R\$ 13 mil de verbas de indenização e depois passou para R\$ 15 mil. Esse valor era dividido entre locações de veículos e assessoria jurídica, sendo que tanto o escritório de advocacia quanto a empresa de locação de veículo são de uma mesma pessoa. Então, eles forjavam esses contratos para justificar à Câmara o pagamento dessas verbas indenizatórias", disse.

• Imparcialidade

De acordo com o promotor de Justiça Henrique Cardoso, o objetivo é trabalhar com o máximo de imparcialidade possível. "O nosso partido na verdade é a sociedade, é a nossa área de atuação. A atuação é específica e relativa a um grupo, a uma organização criminosa que se instalou dentro da Câmara de Vereadores de Aracaju para desviar valores elevados", afirmou.

Segundo o promotor, as investigações vão avançar e vão possibilitar a identificação de qual foi o desvio feito por cada um dos

VEREADORES INVESTIGADOS E EMPRESÁRIOS SÃO INTIMADOS A COMPARECER NO DEOTAP A PARTIR DESTA SEMANA

investigados. Em seguida, tudo será divulgado pelo MPE.

"Quando nós realizamos uma investigação, nós damos o máximo de divulgação, saímos de cena e depois aparecemos já com as peças processuais, explicando qual conduta de cada um. Nós vamos fazer a mesma coisa que nós fizemos no caso das verbas de indenização, tudo será divulgado de maneira responsável, de maneira clara", destacou Henrique Cardoso.

• Entenda

Uma operação conjunta entre a Polícia Civil, por meio do Departamento de Combate a Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap) e o Ministério Público Estadual (MPE), cumpriu, na última quinta-feira (31), mandados de busca e apreensão em seis lugares na Barra dos Coqueiros e em Aracaju, inclusive na Câmara de Vereadores da capital.

De acordo com a delegada Daniele Garcia, o objetivo da ação policial foi coletar documentos que comprovem desvios de verbas de indenização para pagamento de locação de veículos e serviços advocatícios prestados mediante contratos fantasmas. Daniele ressaltou que os contratos de locação de veículos eram feitos com a empresa Elo Consultoria, cujo dono era o ex-vereador Alcivan Menezes.

Ela citou como prova os veículos Renault Fluence NVN-1395, Corsa NVJ-6265, Ford K NVN-8412 e o Corolla HZU-0428, cujos proprietários estiveram no Deotap e confirmaram que nunca locaram esses carros. O inquérito policial deverá ser concluído nesse mês de abril.

O empresário Alcivan Menezes Silveira foi preso em flagrante durante o cumprimento dos mandados porque os investigadores encontraram armas de fogo não registradas em sua residência. Ele foi ouvido pela delegada e como também foi encontrado um munição de calibre ponto 40, de uso restrito das forças policiais, o crime tornou-se inafiançável. Apenas o juiz, na audiência de custódia, o liberou para que ele responda o processo em liberdade, mediante o pagamento de fiança de R\$ 5 mil.